

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

Mestrado em: Economia e Políticas Públicas 2008/2010

A literacia financeira da população escolar
em Portugal
Estudo aplicado a alunos do ensino secundário
da região de Lisboa

Hugo Augusto Monteiro Machado

Orientação: Professora Doutora Margarida Abreu

Lisboa, Maio de 2011

Índice

1. Introdução	07
2. Desenvolvimento teórico	09
2.1. Definição de literacia financeira e de outros termos relevantes	09
2.1.1. Literacia financeira	09
2.1.2. Capacidades financeiras	11
2.1.3. Educação financeira	13
2.2. Importância da literacia financeira para o indivíduo integrado na sociedade actual	15
2.3. Implementação de projectos destinados a aumentar a literacia financeira no estrangeiro	21
2.3.1. Experiências nacionais	21
2.3.2. Recomendações internacionais	25
2.4. Implementação de projectos destinados a aumentar a literacia financeira em Portugal	30
3. Implementação do questionário	31
3.1. População alvo	32
3.2. Construção do questionário e selecção de perguntas	33
3.3. Metodologia aplicada	35
4. Análise dos resultados obtidos	37
4.1. Caracterização	37
4.2. Literacia financeira	45
4.3. Análise comparativa ao questionário americano	63
5. Conclusões	68
6. Bibliografia	71
7. Anexos	73
• Questionário sobre Literacia Financeira	

Índice de quadros:

Quadro 1 – Distribuição da população analisada por ano escolar a frequentar, género e idade.	32
Quadro 2 – Distribuição da população analisada por estado civil.	37
Quadro 3 – Distribuição da população analisada por elementos do agregado familiar.	38
Quadro 4 – Distribuição da população analisada por rendimento mensal do agregado familiar.	38
Quadro 5 – Distribuição da população analisada por situação de emprego.	39
Quadro 6 – Distribuição da população analisada por situação de emprego do pai.	40
Quadro 7 – Distribuição da população analisada por situação de emprego da mãe.	41
Quadro 8 – Distribuição da população analisada por número de menores de 18 anos dependentes financeiramente do seu agregado familiar.	42
Quadro 9 – Distribuição da população analisada por uso regular de internet.	43
Quadro 10 – Elementos do agregado familiar identificados pelos inquiridos como mais conhecedores de poupança, investimento e dívida.	44
Quadro 11 – Elementos do agregado familiar identificados pelos inquiridos como pagadores das contas.	45
Quadro 12 – Distribuição da população analisada quanto ao grau de satisfação face à sua situação financeira.	46
Quadro 13 – Distribuição da população analisada quanto ao grau de satisfação face à sua vontade de correr riscos financeiros.	47
Quadro 14 – Distribuição da população analisada quanto à comparação do valor das despesas do agregado familiar, com o valor dos seus rendimentos.	48
Quadro 15 – Distribuição da população analisada quanto à dificuldade em concretizar um saldo corrente positivo no final de um período mensal.	49
Quadro 16 – Distribuição da população analisada quanto à existência de poupanças de valor superior ao gasto previsto para 3 meses.	49

Quadro 17 – Distribuição da população analisada quanto à prática de poupar dinheiro para o cumprimento de objectivos futuros.	50
Quadro 18 – Distribuição da população analisada quanto à realização da estimativa dos valores que terão de obter até à reforma ou para a existência da mesma.	50
Quadro 19 – Distribuição da população analisada quanto à diminuição de rendimentos do agregado familiar no último mês.	51
Quadro 20 – Distribuição da população analisada quanto à posse de uma conta à ordem.	51
Quadro 21 – Distribuição da população analisada quanto às causas para não ter conta à ordem.	52
Quadro 22 – Distribuição da população analisada quanto à existência de saldo negativo na conta à ordem.	53
Quadro 23 – Distribuição da população analisada quanto à posse de algum produto financeiro que não a conta à ordem.	53
Quadro 24 – Distribuição da população analisada quanto à posse de cartão de débito associado à sua conta à ordem.	54
Quadro 25 – Distribuição da população analisada quanto à posse de cartão de crédito.	54
Quadro 26 – Distribuição da população analisada quanto ao número de cartões de crédito possuídos.	55
Quadro 27 – Distribuição da população analisada quanto à utilização de cheques.	55
Quadro 28 – Distribuição da população analisada quanto à existência de investimentos, sem incluir poupanças para a reforma.	56
Quadro 29 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de investimentos realizados.	56
Quadro 30 – Distribuição da população analisada quanto à existência de propriedade.	57
Quadro 31 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de propriedade existente.	58
Quadro 32 – Distribuição da população analisada quanto ao intervalo de tempo decorrido desde a compra da casa onde habita o agregado familiar até à data de aplicação do inquérito.	58

Quadro 33 – Distribuição da população analisada quanto à existência de um crédito à habitação no momento da aplicação do questionário, respeitante à casa onde reside o agregado familiar.	59
Quadro 34 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de taxa de juro aplicada no crédito à habitação.	59
Quadro 35 – Frequência e percentagem dos tipos de seguros contraídos pelos agregados familiares da população analisada.	60
Quadro 36 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.25. do questionário em estudo.	61
Quadro 37 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.26. do questionário em estudo.	61
Quadro 38 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.27. do questionário em estudo.	62

Siglas utilizadas:

ASIC – Australian Securities & Investments Commission

DGIDC - Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular

EUA – Estados Unidos da América

FINRA – Financial Industry Regulatory Authority

FLEC – Financial Literacy and Education Commission

FLF – Financial Literacy Foundation

FSA – Financial Services Authority

MCEECDYA – Ministerial Council for Education, Early Childhood

Development and Youth Affairs

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

RU – Reino Unido

1. Introdução

A presente dissertação estuda “*A literacia financeira da população escolar em Portugal - Estudo aplicado a alunos do ensino secundário da região de Lisboa*”. Procura-se realizar este estudo através da implementação de um inquérito a alunos do ensino secundário, de forma a analisar sumariamente a sua capacidade para interpretar, ponderar e fazer escolhas financeiras. Em suma, estudar o nível de literacia financeira desta população.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos principais:

- Enquadramento teórico, onde será apresentado o quadro teórico base em que se enquadra esta dissertação, com uma revisão dos trabalhos já realizados sobre o tema;
- Apresentação e explicação do processo de implementação do questionário, e análise crítica do mesmo, onde serão descritos os passos que envolveram a criação e implementação do questionário junto da população escolar portuguesa, para avaliar o respectivo nível de literacia financeira;
- Análise dos resultados obtidos, onde irão ser referidos e analisados os dados obtidos através dos questionários sobre o nível de literacia financeira da população escolar, bem como retiradas as possíveis conclusões.

Finalmente, pretende-se com esta dissertação contribuir para o conhecimento do grau de literacia financeira da população jovem em Portugal,

identificando as características deste fenómeno no nosso país, e contribuir para o aperfeiçoamento dos programas já existentes destinados ao seu incremento.

2. Desenvolvimento Teórico

No presente capítulo será definido o conceito de literacia financeira adoptado nesta dissertação, através da análise de várias propostas de definição de vários autores. Após a definição deste e doutros conceitos recorrer-se-á aos diversos autores estudados para definir a importância do desenvolvimento da literacia financeira na adaptação do indivíduo à sociedade actual. Por fim serão resumidos alguns exemplos internacionais e nacionais de projectos na área do desenvolvimento da literacia financeira.

Este capítulo resume assim a pesquisa e conceitos nos quais se basearam a construção do questionário aplicada nesta tese (cuja construção é alvo de análise no capítulo 3), bem como a sua influência no tipo de análise realizada aos resultados obtidos no mesmo (objecto de discussão no capítulo 4).

2.1. Definição de literacia financeira e de outros termos relevantes

2.1.1. Literacia Financeira:

De acordo com Orton (2007), a literacia financeira consiste no conhecimento de tópicos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, e nas medidas individuais que o indivíduo se sente capaz de tomar face aos mesmos. Está assim ligada à habilidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal e à forma como esta afecta o seu bem-estar material. Inclui também a habilidade de discernir

entre escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros e monetários sem (ou apesar do) desconforto que possa eventualmente causar, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia-a-dia que envolvem decisões financeiras, incluindo acontecimentos na economia global.

Já a ASIC (2003) define a literacia financeira como sendo a habilidade de efectuar julgamentos informados e tomar decisões efectivas relacionadas com a gestão de dinheiro. Distingue-se da definição anterior por salientar não apenas o conhecimento, mas também a capacidade de utilizar o mesmo em situações práticas, restringindo um pouco mais o âmbito da literacia financeira, para a mera utilização de dinheiro.

A MCEECDYA (2009) sugere que literacia financeira e de consumo é a aplicação de conhecimento, compreensão, capacidades e valores em contextos financeiros e de consumo e as decisões relacionadas que têm impacto no indivíduo, nos outros, na comunidade e no ambiente. São assim adicionados os conceitos de consumo e valores, mas também de externalidades.

Abreu e Mendes (2009) adicionam a estes conceitos a ideia de que a literacia financeira é transversal aos diversos tipos de informação a que o indivíduo tem acesso, sendo positivamente influenciada pelos mesmos. São assim referidas três dimensões de informação que exercem influência no grau de literacia financeira individual alcançado:

- O conhecimento financeiro revelado pelos investidores nas suas respostas a questões concretas sobre o mercado financeiro;

- A formação escolar dos investidores, devido à sua influência positiva no desenvolvimento da capacidade de gerir várias fontes de informação;
- O acesso e escolha das fontes de informação utilizadas pelos investidores para a sua tomada de decisão.

A literacia financeira pode ainda ser entendida como uma ferramenta promotora de coesão social – Orton (2007) cita o Secretário Geral da OCDE em 2005, quando afirma que “a educação financeira é importante tanto para a segurança dos indivíduos como para a segurança das nações. As sociedades modernas lutam por assegurar a coesão social, enquanto parte integrante do progresso económico. Tal coesão pode ser seriamente afectada por grandes desigualdades na distribuição de riqueza dentro das nações. Uma forma de evitar desigualdades é assegurar que todos participam na criação e distribuição de riqueza... A educação financeira pode ter um papel essencial”.

2.1.2. Capacidades Financeiras

Orton (2007) sugere-nos que um indivíduo financeiramente capaz é todo aquele que tem a capacidade e confiança para estar atento a oportunidades financeiras, saber onde se dirigir quando precisa de apoio, tomar decisões informadas, e realizar acções eficazes para melhorar o seu bem-estar financeiro.

ASIC (2003) e Orton (2007) enumeram as competências chave e conhecimentos que devem ser promovidos para a aquisição dum conjunto de conhecimentos, capacidades e comportamentos do indivíduo, tais como:

- Conhecimento e compreensão financeira: a habilidade de reconhecer e manipular dinheiro nas suas diferentes formas, usos e funções, incluindo a habilidade de lidar com situações do dia-a-dia e tomar as decisões correctas para as suas próprias necessidades, a compreensão do que é o dinheiro, como é trocado e os seus circuitos;
- Competência financeira: habilidade para a compreensão das principais características dos serviços financeiros, dos registos financeiros e da importância de os ler e guardar, da avaliação do risco incluindo situações previsíveis e imprevisíveis, e da habilidade de gerir e resolver quaisquer problemas ou oportunidades financeiras, através do pagamento ou da poupança;
- Responsabilidade financeira: habilidade para avaliar o impacto global das decisões financeiras nas circunstâncias pessoais, familiares e comunitárias, e de compreender os direitos e responsabilidades associados, bem como conhecer possíveis fontes de informação ou orientação e de assistência em caso de dificuldades;
- Literacia matemática e literacia “standard”: capacidades de leitura e compreensão de linguagem matemática básica.

2.1.3. Educação financeira

Tal como descrito em OCDE (2006), a educação financeira consiste no processo no qual os consumidores/investidores financeiros melhoram a sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento específico, desenvolvem capacidades e confiança para se tornarem mais atentos a riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões informadas, saberem onde se dirigirem para obterem ajuda e tomarem outras acções efectivas para melhorarem o seu bem-estar financeiro.

A educação financeira deve ser tida em conta no contexto regulatório e administrativo, e considerada como uma ferramenta para promover o crescimento económico, confiança e estabilidade, conjuntamente com a regulação das instituições financeiras e a protecção do consumidor (incluindo a regulação da informação e do aconselhamento financeiro). A promoção da educação financeira não deve assim ser substituída pela regulação financeira, mas sim serem complementares. Salienta-se também que as organizações financeiras devem fazer parte do processo de formação financeira, não só através do aconselhamento e informação, mas também promovendo a consciência financeira (“financial awareness”), principalmente no que diz respeito à assunção por parte dos indivíduos de compromissos de longo prazo e/ou que representem uma porção substancial do seu rendimento futuro.

Numa visão macroeconómica, em OCDE (2006) salienta-se que a educação financeira poderá ainda ser motor de investimento e de crescimento económico, criando-se um ciclo virtuoso em que cidadãos informados

consomem os produtos mais vantajosos para si. Poder-se-á esperar que deste ciclo e através de mecanismos de mercado, surjam condições para a criação de produtos financeiros mais vantajosos para os cidadãos em geral. As organizações financeiras poderão assim desempenhar um papel fundamental não só no real crescimento económico, mas também na redução da pobreza e desigualdade, através de mecanismos financiadores de actividades construtoras de riqueza.

Em MCEECDYA (2009) explica-se que, através da aplicação de conceitos financeiros a contextos reais do consumidor, a educação financeira é capaz de:

- Consolidar e aumentar a literacia financeira, através da sua aplicação à prática;
- Identificar características pessoais que contribuem ou limitam a gestão financeira;
- Aprender a fazer o balanço entre o risco e a recompensa em diversos contextos financeiros, fazendo julgamentos adequados;
- Aprender através dos sucessos e erros a assumir a responsabilidade pelas suas decisões;
- Desenvolver a capacidade de se tornar num “consumidor sustentável” – a internalizar as consequências do seu consumo, face à comunidade e ambiente, e a tomar decisões responsáveis e éticas.
- Preparar para o desenvolvimento dos diversos papéis do indivíduo ao longo da sua vida enquanto familiar, cidadão e trabalhador.

2.2. Importância da literacia financeira para o indivíduo integrado na sociedade actual

Em ASIC (2003), apresenta-se a literacia financeira como um conceito relativo, nomeadamente face à complexidade do sistema e produtos financeiros em determinada sociedade e face às necessidades e circunstâncias individuais, em ambientes financeiros e sociais permanentemente mutáveis. A avaliação do grau de literacia financeira individual torna-se assim dinâmica, pois um indivíduo competente na sociedade de há 50 anos, pode não o ser na sociedade actual. No entanto, e cada vez mais, observa-se o aparecimento de fenómenos demográficos e sociais, que colocam desafios semelhantes a todos os indivíduos, nomeadamente:

- Alterações demográficas – o aumento da longevidade e o decréscimo da fecundidade aumentam as relações de dependência do indivíduo face às suas poupanças e família, bem como em relação ao Estado;
- Aumento da complexidade das organizações, sectores e produtos financeiros – a evolução da tecnologia (principalmente telecomunicações e internet) permitiu o desenvolvimento de novos produtos, bem como um aumento de produtividade, que resultam num mais fácil acesso a estes recursos mas também a novas vias de tomada de decisão, independentemente da utilização ou não da informação necessária para a mesma; a existência de alguns produtos pode depender de tal forma das novas tecnologias, que,

quem a elas não tiver acesso está automaticamente excluído da possibilidade de aceder aos mesmos;

- Evolução do emprego e das pensões – são cada vez mais presentes formas de emprego parcial e/ou não permanente, que requerem alterações no comportamento individual, para serem atingidos os mesmos tipos de poupança; simultaneamente evoluiu-se para um esquema de pensões definido pelas contribuições feitas e não pelos benefícios assegurados, obrigando o indivíduo a reflectir no seu papel para assegurar a sua reforma.

Estes desafios, identificados por Orton (2007), vão influenciar o papel do indivíduo nos diversos mercados, sendo cada vez mais solicitado que “se responsabilizem – assumindo o fardo do risco – por tarefas complexas de poupança que anteriormente eram também partilhadas pelos governos e empregadores” (OCDE 2006, tradução livre), tais como a reforma ou o investimento no ensino terciário.

Estas tarefas complexas podem ser descritas e agregadas através de um modelo chamado ciclo de vida (“life cycle model”) ou acontecimentos da vida (“life events”), que reflecte a organização de cada sociedade. Considera-se que ao início de um evento corresponde um período de abertura a novas informações, bem como de novas responsabilidades económicas. Podem-se aqui incluir:

- Entrada na faculdade;
- Obtenção do primeiro emprego;

- Compra de carro;
- Pagamento de impostos em nome próprio pela primeira vez;
- Casamento e/ou divórcio;
- Compra de casa;
- Ter um filho;
- Formação do filho;
- Reforma;
- Outras situações pertinentes (exemplos: famílias monoparentais, indivíduos que solicitem asilo, refugiados)

Esta visão do ciclo de vida deverá no entanto ir para além da identificação e associação dos acontecimentos de vida, com a dinâmica e análise das organizações do Estado. A análise de Browning e Crossley (2001) sobre a possibilidade de criação de modelos de ciclo de vida que justifiquem diferentes comportamentos de um mesmo consumidor ao longo do tempo, associados ao esforço e rendimento disponível, sugere que as opções de poupança e despesa realizadas são fortemente influenciadas por práticas como a educação até tarde, o número de filhos e a idade dos pais na altura do nascimento dos filhos. Torna-se assim previsível que em cada sociedade devem ser avaliados os percursos da família média, para identificar quais os estádios existentes e quais os que devem ser prioritários enquanto pontos de acção para o desenvolvimento da literacia financeira do indivíduo. Por exemplo, num país em que a educação seja gratuita, poderá não ser tão relevante a discussão da necessidade de crédito para a formação dos mais jovens, como num país em

que a mesma seja de responsabilidade exclusiva do orçamento familiar. O mesmo é aplicável às políticas de saúde, previdência social e outras. Os possíveis inquéritos iniciais deverão perceber o que culturalmente transmite segurança financeira ao indivíduo, quais os seus reais desafios ou a reflexão que organizacionalmente é esperada sobre estes tópicos. Em ASIC (2003) é citado o exemplo do inquérito realizado pelo ANZ Bank na Austrália, através do qual foi possível identificar grupos de consumidores cujas compreensão e capacidades financeiras eram mais baixas ou ausentes, sendo um destes grupos os jovens entre os 18 e os 24 anos.

A responsabilização do indivíduo por todos estes acontecimentos pressupõe que o mesmo possui informação perfeita enquanto consumidor, podendo fazer uma escolha racional sem estar sujeito a relações de agência. A OCDE (2006) define no entanto dois problemas essenciais que sugerem que a relação de agência existe (e consequentemente os problemas de agência correlacionados) pois “não só os indivíduos geralmente têm falta de bases de informação financeira adequada ou compreensão para utilizarem o mercado complexo de hoje, como costumam acreditar possuir um nível de literacia financeira superior ao que realmente têm.” (tradução livre).

Empiricamente, e em concordância com esta ideia, em Orton (2007) e ASIC (2003) é salientado que:

- Os consumidores participam cada vez mais nos mercados financeiros – devido ao mais fácil acesso aos mesmos proporcionado pelas privatizações e pela maior dispersão de capital pela população;

- Existe redução da poupança e aumento do crédito a nível individual – resultando de más decisões financeiras, as quais, devido a uma maior acessibilidade ao crédito, se tornam mais comuns;
- Aumenta a expectativa dos consumidores de que terão de ser eles os responsáveis pela sua própria reforma;
- Observa-se um aumento da volatilidade dos mercados após um longo período de grande crescimento dos mesmos.

Lown, MacFadden e Crossman (1989) vão ainda mais longe, ao sugerir que os assuntos financeiros (mesmo entre relações conjugais) podem também ser alvo de tabus, dificultando a percepção de valores, atitudes e decisões, facilitando relações de agência em que o agente é um dos cônjuges. É também sugerido que a economia familiar poderá ter um papel preponderante na estabilidade emocional, podendo algumas instituições (a conta conjunta, por exemplo) fazer parte dos simbolismos associados ao compromisso.

Podemos concluir então que esta temática deve ser abordada como sendo subjectiva (afectada por valores, objectivos e poder de decisão), requerendo mais do que o mero fornecimento de informação. Assim, não basta identificar as falhas de conhecimento existentes, é preciso também desenvolver estratégias para que os indivíduos assumam essas falhas e sintam necessidade de as colmatar através de um processo educativo. Ao longo dos acontecimentos identificados deverão então ser abordados diversos temas, tais como os tipos de financiamento disponíveis (bolsas, créditos, etc.), a redução

da dívida, o recurso ao seguro, o equilíbrio orçamental da família, as obrigações fiscais associadas e como evitar a fraude, tal como sugerido por OCDE (2006).

Em ASIC (2003) salienta-se ainda que os consumidores iliterados podem ser incapazes de orçamentar as suas despesas, identificar produtos ou serviços financeiros que vão ao encontro das suas necessidades, bem como de procurar e aceder a aconselhamento financeiro independente. São assim vítimas mais prováveis de práticas abusivas e de práticas desonestas. Os custos da iliteracia financeira tornam-se assim enormes e incalculáveis.

Torna-se assim justificável investir no desenvolvimento da literacia financeira, através da educação financeira, com o objectivo de maximizar o potencial de decisão de cada indivíduo, no objectivo de alcançar o seu bem-estar máximo com os recursos que tem ao seu dispor.

Apreendida esta perspectiva, a educação financeira poderá ser então integrada em várias organizações, com fins diversos, tais como:

- Organizações financeiras, com o intuito de formar os seus profissionais e informar os seus clientes (ver Anexo 1);
- Entidades empregadoras, com o intuito de formar os seus profissionais e participar nas suas decisões de poupança para o futuro, principalmente a nível da reforma (ver Anexo 1);
- Escolas, para formar os jovens na sua tomada de decisão no momento de entrada na vida adulta;
- Governos, com o intuito de ser valorizada a necessidade de políticas que promovam a literacia financeira como um recurso

acessível a todos, promotor da redução da pobreza e desigualdades (bem como de crescimento económico), e não como um instrumento para enriquecimento das organizações financeiras à custa do endividamento de quem a elas recorre.

2.3. Implementação de projectos destinados a aumentar a literacia financeira no estrangeiro

2.3.1. Experiências nacionais

De acordo com Orton (2007), países como os EUA, RU, Austrália e Canadá criaram agências e estratégias nacionais com o objectivo de observarem e desenvolverem a literacia financeira na sua população. Neste âmbito, produziram-se já linhas de acção escritas, páginas de internet, inquéritos à população e programas de acção junto de populações específicas (como crianças e jovens em idade escolar, trabalhadores, indivíduos com dificuldades no cumprimento do crédito), tendo sido já publicadas as avaliações de algumas destas actividades. Estas agências são financiadas directamente pelos governos ou através de fundos obtidos das instituições reguladoras, possuindo quadros de pessoal próprios, ou requisitando funcionários de outras instituições.

Em 2000 foi criada no RU a Financial Services Authority (FSA), a entidade reguladora da indústria dos serviços financeiros, tendo também responsabilidades na educação do consumidor. Foi criada com os objectivos de manter a confiança no mercado financeiro, promover a compreensão do

sistema financeiro pelo público em geral, assegurar-se da protecção dos consumidores e combater o crime financeiro. O seu financiamento provém das empresas reguladas, havendo financiamento público nas escolas. Simultaneamente, existem outras agências com funções especializadas na literacia financeira (o *Personal Finance Education Group*, o *Resolution Foundation* e a *Basic Skills Agency*), mantendo a FSA a função mais abrangente, embora as suas responsabilidades se centrem sobretudo na regulação. Até 2007, salientam-se a produção de vários documentos, nomeadamente sobre as estratégias a adoptar (baseado na consulta de várias entidades de referência e os resultados da avaliação às capacidades financeiras dos cidadãos do RU). Saliente-se que foram definidas sete áreas prioritárias, cada uma com um grupo de trabalho: escolas, emprego, empréstimos, jovens adultos, famílias, aconselhamento e reforma. A educação financeira nas escolas e os programas para apoiar os consumidores vulneráveis foram as abordagens seleccionadas pelo governo para iniciar a sua actuação.

A página de internet criada pela FSA ("MoneyMadeClear") apresenta diversos documentos de apoio originais, que podem ser acedidos por tópicos ou por fase de vida, tentando valorizar a sua imagem como imparcial e distante de opiniões. Oferece também ferramentas para abordar hipotecas, orçamentação, começar uma família, dívida, empréstimos, seguros, pensões, caracterização financeira e comparação de produtos (pensões, contas poupança e outros investimentos).

Nos EUA foi criada a Financial Literacy and Education Commission (FLEC) em 2003, para encorajar esforços do sector público e privado para promover a literacia financeira, coordenar os programas de educação financeira do governo federal, desenvolver a estratégia nacional de promoção da literacia e educação financeiras, criar uma página de internet nacional sobre educação financeira (para centralizar a informação sobre programas federais e bolsas relacionados com literacia e educação financeira e fornecer sem custos materiais para quem deles precise). A FLEC iniciou a sua actuação através da consulta pública, da qual resultou um relatório centrado em questões associadas à poupança (poupança em geral, propriedade de casa, poupança para a reforma, crédito e protecção ao consumidor e investidor), à literacia financeira (os que não recorrem a serviços financeiros, populações multiculturais e multi-linguísticas e a educação financeira no sistema escolar) e à avaliação de programas governamentais e à sua necessidade de coordenação. Na estratégia foram incluídas acções para promover a intervenção do cidadão, ora através de campanhas ora através de discussões públicas, ora através da criação de uma página de internet. As campanhas abordavam assuntos como a poupança, as informações para pequenos negócios ou sobre a reforma, melhorar a informação sobre o crédito dos consumidores, e identificar a burla. Já as conferências dirigidas para grandes empregadores centravam-se nas poupanças para a reforma, boas práticas na integração de cidadãos nos serviços financeiros (em particular dos que a eles não recorriam), tópicos particulares para comunidades específicas e a integração da educação financeira no currículo escolar.

A página de Internet dos EUA “MyMoney”, criada pela FLEC, propõe-se a coordenar os materiais já existentes noutras agências que lidem com assuntos financeiros, através de ligações a outras organizações. Apresenta um questionário para realização online, justificando as respostas correctas e também alguns materiais para crianças.

Na Austrália surgiu, em 2005, a Financial Literacy Foundation (FLF), com os objectivos de promover a educação financeira e de consumo nas escolas e locais de trabalho, coordenar e conduzir pesquisa nacional que produzisse (entre outros) metas, mudar atitudes para com a literacia financeira, providenciar a criação de uma página de internet esclarecedora e facilitar a colaboração entre indústria, governo e organizações da comunidade.

A página de internet australiana, criada pela FLF, (“UnderstandingMoney”) está também organizada por tópicos e fases da vida, apresentando materiais originais, dirigidos para a informação ao cidadão mas também para formadores nesta área. Para estes é ainda possível registarem-se na página e receberem notícias ou interagirem entre si (havendo orientações *online* numa outra página para a preparação de currículos). Apresenta ferramentas interactivas associadas a orçamentação, empréstimos e a caracterização financeira. Publica ainda informação relativa a seminários organizados pela agência e apresenta alguns seminários *online*.

Saliento que estes países apresentam um pensamento institucional direccionado para o papel do indivíduo, estando ausente ou diminuído o papel do Estado em muitos sectores. Assim, e apesar de poderem servir como base para reflexão, os programas e projectos implementados a nível nacional nestes

países não deverão ser integralmente aplicados a qualquer outro país, principalmente com instituições diferentes, mesmo que com organizações com os mesmos objectivos.

Concluindo, todas as agências apresentam linhas orientadoras, ora redigidas pela própria agência, ora nos documentos que as criaram. Fizeram também inquéritos relacionados especificamente com a literacia financeira, não se baseando noutros estudos que já existissem. A utilização de sites na internet, embora não acessíveis a todos, apresenta claras vantagens pela facilidade de apresentação de informação, mas também por acompanhar a tendência actual de apresentação de serviços financeiros de utilização exclusivamente online. Não deverá ser no entanto considerado como uma forma suficientemente abrangente de plataforma de formação.

2.3.2. Recomendações internacionais

Diversas recomendações têm sido emitidas por organismos internacionais, no sentido de orientarem o desenvolvimento de programas de educação financeira.

A OCDE (2005) recomenda que os seus países membros promovam e motivem a educação financeira e que governos e organizações públicas e privadas relevantes tomem conhecimento e implementem os princípios e boas práticas que constam no documento referido. Para tal, os programas de educação financeira deverão ser delineados por forma a responderem às necessidades e ao nível de literacia da sua população-alvo, bem como reflectirem sobre a forma como essa população-alvo prefere receber a

informação. A educação financeira deve ser encarada como um processo contínuo, ao longo da vida, de forma a acompanhar a crescente complexidade dos mercados financeiros, necessidades variáveis ao longo da vida e informação cada vez mais complexa. De acordo com a mesma fonte, deve-se assim:

- Promover os programas de educação financeira que ajudam o consumidor a identificar os factos e a compreender os prós e contras, bem como os riscos, dos diferentes tipos de produtos e serviços financeiros. Estes devem começar na escola, o mais precocemente possível;
- Deve ser encorajada a criação de estruturas especializadas apropriadas (se possível dentro das autoridades já existentes) a nível nacional, regional e local, públicas ou privadas, responsáveis pela promoção e coordenação da educação financeira, o mais próximas possíveis da população, bem como promotoras da investigação em economia comportamental;
- Promover e identificar programas de educação financeira que desenvolvam orientações sobre os conteúdos e sobre a avaliação do cumprimento dos objectivos de cada um e para cada população-alvo, devendo fazer parte integrante de políticas de apoios sociais (ex.: jovens, de acordo com o grau de escolaridade, grupos desfavorecidos). A educação financeira deve ser associada às circunstâncias individuais, através de seminários ou de serviços de aconselhamento individualizados;

- Utilizar todas as formas de comunicação para difundir mensagens educativas, de forma a aumentar a cobertura e a exposição da população a estes programas. Assim, devem ser promovidas páginas de internet específicas, que forneçam ao público informação financeira relevante e de fácil compreensão; devem ser desenvolvidos serviços de informação gratuita; devem ser promovidos sistemas de alarme (accionáveis por consumidores, profissionais ou outras organizações), para situações que podem colocar em causa os interesses do consumidor, incluindo fraudes;
- Para os programas que envolvem a utilização de salas de aula, deve ser promovida a formação adequada dos profissionais intervenientes. Devem ser encorajados o desenvolvimento de programas de “formação de formadores” e o fornecimento de materiais e ferramentas específicos para estes profissionais;
- Encorajar campanhas nacionais para chamar a atenção da população para a necessidade de melhorar a sua compreensão sobre riscos financeiros e formas de se protegerem deles, através de poupanças adequadas, seguros e educação financeira.
- Deve ser promovida a cooperação internacional para a educação financeira, incluindo o recurso à OCDE, como um meio de troca de informação sobre experiências recentes em educação financeira.

Os programas de educação financeira tendem a ser de difícil avaliação devido ao custo inerente a esse processo. As poucas avaliações existentes

reflectem sempre avaliações positivas ao desenvolvimento da literacia financeira (por exemplo, no aumento das contribuições para a reforma dos elementos envolvidos ou na redução do incumprimento do pagamento de créditos). Importa ainda salientar que a educação financeira é apenas um dos pilares duma política financeira destinada à melhoria da literacia financeira e do acesso aos serviços financeiros. Assim, são também essenciais a defesa do consumidor e a regulação das instituições financeiras, bem como o acesso aos mercados e serviços financeiros, e até a integração por defeito em alguns programas de poupança, para que haja não apenas o desenvolvimento da literacia financeira, mas também a sua associação à aquisição de competências práticas.

A FLEC sugere que os programas de desenvolvimento financeiro sejam:

- Focados nas fundações básicas – focarem-se num ou mais dos quatro blocos essenciais à segurança financeira: poupanças básicas, gestão de crédito, propriedade de casa e planeamento da reforma;
- Criados tendo em conta a população alvo – ter em conta a linguagem, cultura, idade e experiência, de modo a adequar o programa à sua população-alvo;
- De distribuição local – para ter maior impacto, distribuir o programa através de um canal local que faça uso efectivo dos recursos e contactos da comunidade;

- Realizem seguimento dos participantes – acompanhar os participantes de forma a reforçar a mensagem e assegurar-se que os participantes adquirem as capacidades pretendidas;
- Possuam objectivos específicos para cada programa – utilizar objectivos específicos e definir estratégias para os medir e para acompanhar a sua concretização;
- Tenham impacto demonstrável – utilização de testes, inquéritos ou outras formas de avaliação para demonstrar o impacto positivo nas atitudes, conhecimentos e comportamentos dos participantes, para evidenciar o valor do programa. Algumas medidas de sucesso poderiam ser o aumento dos valores de poupança, a abertura de contas no banco, poupar para a aquisição de uma casa ou ter acesso a melhores condições de crédito que não participantes.
- Prevejam a duplicação – reutilização dos programas a nível local, regional ou nacional.
- Haja continuidade – os programas devem ter apoio financeiro contínuo, suporte legislativo ou integração em organizações já existentes.

Para além do já referido, Orton (2007) sugere:

- Realização de projectos piloto, antes da criação de estratégias nacionais;
- Criação de currículos educativos, adaptados a contextos variados como escolas ou formação profissional. Salienta também que nos

países analisados, há concordância que deve ser na população escolar que deve ser iniciada esta formação.

É conveniente que as organizações envolvidas nestes vários projectos sejam dos mais diversos âmbitos: governamentais (incluindo projectos que unam as várias áreas), empresariais, escolares e comunitários.

2.4. Implementação de projectos destinados a aumentar a literacia financeira em Portugal

A nível nacional não aparenta existir uma estratégia que oriente e organize o desenvolvimento da literacia financeira, independentemente do nível a que mesma poderia ser aplicável. Salientamos, no entanto, dois projectos que nos parecem fazer prever no futuro um maior desenvolvimento desta área.

O primeiro é o projecto “Contas à Vida”, organizado em parceria pelo *Programa Escolhas* e pelo banco *Barclays Portugal*, com o objectivo de promover a inclusão financeira e social de crianças e jovens dos 14 aos 18 anos, provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, através da educação financeira. Este projecto foi iniciado em 2008. É constituído por um programa de formação de seis semanas a ser desenvolvido junto dos jovens por voluntários.

O segundo projecto é o “Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa”, desenvolvido pelo Banco de Portugal, cujos principais resultados foram publicados a 18 de Outubro de 2010, tendo sido o trabalho para a sua

realização iniciado em 2008. Estes resultados foram obtidos através de 2000 entrevistas de 45 minutos, a uma população com idade igual ou superior a 16 anos. Foram aplicadas 94 questões de escolha múltipla. Dentre os resultados pode-se salientar, a título de exemplo:

- 11% da população estudada não possui conta bancária;
- 54% dos indivíduos que afirmam fazer poupanças, caracterizam-nas como dinheiro que fica na conta à ordem para gastar posteriormente;
- 74% afirma não saber ou saber de forma superficial as taxas aplicadas pelos bancos;
- 43% dos utilizadores de cartão de crédito afirmam não pagar a totalidade do seu saldo no final do mês;

Das conclusões destes primeiros resultados pode-se inferir que, entre outros pontos, na necessidade de formação dos consumidores, sendo mais um estímulo para o desenvolvimento da educação financeira.

3. Implementação do questionário

A apresentação do questionário aplicado e da sua implementação é realizada neste capítulo, através da caracterização da população-alvo à qual foi aplicado, da descrição do processo de construção do questionário bem como da metodologia utilizada na sua aplicação.

		Frequência	Percentagem
I. c) Ano escolar a frequentar	10º	90	36,9%
	11º	82	33,6%
	12º	72	29,5%
I. a) Género	Masculino	113	46,3%
	Feminino	131	53,7%
I. b) Idade	Não referido	4	1,6%
	14	5	2%
	15	38	15,6%
	16	62	25,4%
	17	74	30,3%
	18	35	14,3%
	19	13	5,3%
	20	10	4,1%
	21	2	0,8%
	22	1	0,4%

Quadro 1 – Distribuição da população analisada por ano escolar a frequentar, género e idade.

3.1. População-alvo

A população seleccionada para a realização deste questionário foram alunos do Ensino Secundário, que frequentam o 10º, 11º ou 12º ano de duas escolas públicas em Lisboa. Estas escolas foram seleccionadas pela sua proximidade ao meu presente local de trabalho e pela sua disponibilidade em colaborar neste estudo.

A partir dos 244 questionários obtidos e analisados, pode-se construir um quadro de caracterização da população analisada (quadro 1).

3.2. Construção do questionário e selecção de perguntas

O presente questionário (Anexo I) foi construído tendo como base o *National Financial Capability Study 2009 National Survey Questionnaire* (FINRA, 2009), um questionário aplicado durante o ano de 2009 à população adulta dos Estados Unidos. Este foi aplicado telefonicamente e através da internet a aproximadamente 27500 inquiridos. A escolha deste questionário como base para o desenvolvimento do questionário aplicado em Portugal teve como critérios:

- poder utilizar um questionário já existente e implementado de forma a tornar possível um estudo comparativo;
- o facto de ser um questionário recente (aplicado em 2009).

No entanto, este questionário teve de ser adaptado ao presente estudo em Portugal, essencialmente devido ao facto de existirem:

- divergência na idade da população alvo;
- diferenças na organização social entre os dois países, nomeadamente a nível da influência do Estado e do sector privado no poder de decisão do indivíduo.

A organização das perguntas estruturou-se em dois grandes grupos: as perguntas de caracterização sócio-económica da população, e as questões associadas à avaliação da literacia financeira. Em qualquer um destes grupos as perguntas seleccionadas têm como objectivo tentar recriar a imagem que os adolescentes têm do seu contexto financeiro, e a relação que têm com instrumentos de poupança, tais como aplicações financeiras para a reforma, seguros, propriedade e banca.

Após a construção do questionário, sujeitou-se o mesmo a um pré-teste junto de 30 indivíduos entre os 18 e 30 anos, incluindo professores do ensino secundário. Deste pré-teste surgiram algumas alterações à redacção e apresentação do questionário, de modo a tornar o mesmo mais perceptível.

Após este processo, o questionário foi ainda sujeito a aprovação online (através do sítio <http://mime.gepe.min-edu.pt/PesquisaInqueritos.aspx>, acedido a última vez a 31 de Janeiro de 2011) pela Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), órgão do Ministério da Educação. Desta aprovação resultaram alterações à estrutura de algumas perguntas e exclusão

de outras. O questionário resultante de todo este processo encontra-se no Anexo 1.

Após esta aprovação foram entregues os questionários nas escolas secundárias, as quais procederam à sua aplicação e devolução.

3.3. Metodologia aplicada

A aplicação do questionário foi realizada em duas escolas secundárias do concelho de Lisboa. Ambas foram contactadas durante o mês de Maio de 2010, com o intuito de determinar a sua disponibilidade e capacidade para proceder à aplicação do questionário.

Para além de se mostrarem totalmente disponíveis para apoiar a aplicação deste questionário, ambas as escolas realizaram propostas semelhantes para a aplicação do mesmo:

- Que fosse realizada durante o primeiro período do ano lectivo de 2010/2011;
- Que o questionário fosse aplicado em sala de aula pelos próprios professores (à partida o director de turma).

Negociou-se então a aplicação de questionários a 6 turmas em cada escola (2 por cada ano do ensino secundário, independentemente do tipo de ensino frequentado), tendo sido entregue um total de 300 questionários. Uma das escolas aplicou alguns questionários sobejantes a uma 7ª turma. No total,

foram aplicados 244 questionários a quatro turmas do 10.º ano, cinco turmas do 11.º ano e a quatro turmas do 12.º ano.

A aplicação do questionário decorreu sem intercorrências durante os meses de Outubro e Novembro de 2010.

Optou-se por não individualizar turmas e escolas estudadas nesta tese, por não ser o objectivo do estudo.

4. Análise dos resultados obtidos

Neste capítulo procederemos à análise das respostas obtidas no questionário. Nos dois primeiros pontos é realizada uma análise pergunta a pergunta, correspondendo estes pontos às duas secções presentes no questionário apresentado aos inquiridos: caracterização e literacia financeira. O terceiro ponto deste capítulo destina-se à análise comparativa dos resultados obtidos em Portugal com os obtidos nos EUA.

4.1. Caracterização

Para além dos dados já mencionados no ponto 3.1. deste documento, aquando da caracterização da população alvo, outros dados foram obtidos.

I. d) Estado civil		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	11	4,5%
Solteiro	233	95,5%

Quadro 2 – Distribuição da população analisada por estado civil.

Conforme era previsível, a totalidade dos jovens com respostas válidas nos questionários, indicaram serem solteiros (quadro 2.).

Ao questionar os jovens sobre com quem habitam apercebemo-nos de que mais de 90% identificam os pais como os principais coabitantes. De

salientar, no entanto que 10% dos jovens referem outros coabitantes ou até morarem sozinhos (Quadro 3).

I. e) Com quem habitas?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	2	0,8%
Sozinho	7	2,9%
Na casa dos meus pais	221	90,6%
Com o companheiro(a)	3	1,2%
Com outra família, amigos ou colegas de casa	11	4,5%

Quadro 3 – Distribuição da população analisada por elementos do agregado familiar.

I. f) Qual o rendimento monetário mensal aproximado do teu agregado familiar?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	42	17,2%
Menos de 900€	70	28,7%
Entre 900 e 1350€	54	22,1%
Entre 1350 e 1800€	30	12,3%
Entre 1800 e 2700€	17	7,0%
Entre 2700 e 3600€	24	9,8%
Entre 3600 e 4950€	5	2,0%
Entre 4950 e 7650€	1	0,4%
Mais de 7650€	1	0,4%

Quadro 4 – Distribuição da população analisada por rendimento mensal do agregado familiar.

Na questão I. f) tentámos classificar os jovens de acordo com rendimento monetário do seu agregado familiar (quadro 4). As classes adoptadas são múltiplos de 450€ (o ordenado mínimo nacional em 2009, ano de aplicação do questionário). Todavia, tentou-se aproximar às classes originais, seleccionando os múltiplos a utilizar como sendo o valor acima mais próximo dos resultados obtidos na conversão das classes originais para euros.

Quando questionados sobre os rendimentos mensais do agregado familiar, mais de 67,2% identifica estes rendimentos como sendo inferiores a 1350€ por mês. Caso esta percepção fosse a correcta, implicaria que numa família em que coabitem pai, mãe e 1 filho, o rendimento por indivíduo seria de 450€, inferior ao ordenado mínimo nacional e contudo superior ao Índice de Apoios Sociais (419,22€ para 2010).

A aplicação das perguntas seguintes destinou-se a recolher dados da situação de emprego tanto do jovem como dos pais. De salientar que não é contemplada para a análise a hipótese de ausência de um dos pais no agregado familiar, não permitindo analisar, por exemplo, a associação entre a ausência de um dos pais e o nível de rendimento do agregado familiar.

I. g) Qual das seguintes hipóteses descreve melhor a tua situação de emprego?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	98	40,2%
Empregado	14	5,7%
Sem emprego	132	54,1%

Quadro 5 – Distribuição da população analisada por situação de emprego.

Quanto à situação de emprego, 5,7% dos jovens identificaram-se como estando empregados, o que nos parece coerente com o facto de nesta amostra, 24,9% da população ter de 18 e 22 anos inclusive. A formulação desta questão implicava a existência de hipóteses. No entanto, a pedido do Ministério da Educação, por considerar que a maior parte das hipóteses não se aplicariam, deixou-se um espaço para uma resposta aberta, não se alterando o texto para não modificar o questionário aprovado.

I. h) Qual das seguintes hipóteses descreve melhor a situação de emprego do teu pai?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	34	13,9%
Trabalhador por conta própria	50	20,5%
Trabalhador dependente a tempo inteiro	102	41,8%
Trabalhador dependente a tempo parcial	16	6,6%
Incapacitado permanentemente	3	1,2%
Estudante a tempo inteiro	15	6,1%
Doméstico	0	0%
Reformado	11	4,5%
Desempregado	13	5,3%

Quadro 6 – Distribuição da população analisada por situação de emprego do pai.

I. i) Qual das seguintes hipóteses descreve melhor a situação de emprego da tua mãe?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	13	5,3%
Trabalhador por conta própria	32	13,1%
Trabalhador dependente a tempo inteiro	127	52,0%
Trabalhador dependente a tempo parcial	18	7,4%
Incapacitado permanentemente	0	0%
Estudante a tempo inteiro	1	0,4%
Doméstico	31	12,7%
Reformado	7	2,9%
Desempregado	14	5,7%

Quadro 7 – Distribuição da população analisada por situação de emprego da mãe.

A análise comparativa dos dois quadros anteriores permite-nos observar que:

- existe uma percentagem maior de mães empregadas (72,5%) do que de pais (68,9)%;
- em ambos há uma maior prevalência do trabalhador dependente a tempo inteiro;
- a distribuição de tipo de trabalho é distinta, sendo o trabalho a tempo parcial mais frequente nas mães e o trabalho por conta própria no pai;

- a percentagem de estudantes a tempo inteiro é bastante superior no pai (6,1% contra 0,4%);
- a percentagem de desempregados é semelhante para ambos (5,3% no pai e 5,7% na mãe);
- a opção “doméstico” é referida apenas no caso da mãe, com 12,7% dos inquiridos a seleccioná-la. Já a opção “incapacitado permanentemente” aparece apenas no caso do pai, com 1,2%.

I. j) Quantas crianças, menores de 18 anos, são dependentes financeiramente no teu agregado familiar?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	9	3,7%
1	100	41,0%
2	59	24,2%
3	12	4,9%
Mais de 3	11	4,5%
Não há crianças dependentes financeiramente	8	3,3%
Não há crianças	45	18,4%

Quadro 8 – Distribuição da população analisada por número de menores de 18 anos dependentes financeiramente do seu agregado familiar.

A questão seguinte (quadro 8) revelou-se desadequada para a população escolar em que foi implementada em Portugal, possivelmente pela dificuldade dos jovens se identificarem enquanto tal nesta resposta (originalmente direccionada para adultos). Assim, em vários questionários observou-se que

vários inquiridos menores de 18 anos e sem emprego responderam não haver crianças no seu agregado familiar. A análise do quadro 8 revela que cerca 33,6% dos jovens identificaram mais do que uma criança dependente financeiramente no seu agregado familiar.

I. k) Usas regularmente a Internet?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	2	0,8%
Sim	220	90,2%
Não	22	9,0%

Quadro 9 – Distribuição da população analisada por uso regular de internet.

No quadro 9 observamos que a grande maioria dos jovens (89,3%) referiu usar regularmente a internet.

Nas questões I. l) e I. m) foi solicitado aos inquiridos que identificassem os membros do seu agregado familiar que tinham a responsabilidade pelo pagamento das contas e que possuíam um melhor conhecimento de finanças da família. Vários dos inquiridos sentiram necessidade de responder mais do que um elemento, pelo que se optou por analisar todas as respostas dadas, não sendo possível avaliar frequências e percentagens acumuladas nestas questões.

I. l) Quem, no teu agregado familiar, percebe mais de poupança, investimento e dívida?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	12	4,9%
Tu	18	7,3%
Pai/Padrasto	75	20,6%
Mãe/Madrasta	90	36,4%
Avô	7	2,8%
Avó	4	1,6%
Irmão/Irmã	12	4,9%
Tio/tia	7	2,8%
Primos	1	0,4%
Cunhados	1	0,4%

Quadro 10 – Elementos do agregado familiar identificados pelos inquiridos como mais conhecedores de poupança, investimento e dívida.

I. m) Quem, no teu agregado familiar, é responsável pelo pagamento das contas?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	5	2,0%
Tu	6	2,4%
Pai/Padrasto	117	47,9%
Mãe/Madrasta	157	64,2%
Avô	6	2,4%
Avó	7	2,8%
Irmão/Irmã	5	2,0%
Tio/tia	5	2,0
Amiga	1	0,4%
Madrinha/Padrinho	1	0,4%
Sogros	2	0,8%

Quadro 11 – Elementos do agregado familiar identificados pelos inquiridos como pagadores das contas.

Nos dois quadros anteriores observamos que os jovens têm como elemento de referência a mãe, tanto para pagamento de contas, como para efectuar julgamentos correctos sobre poupanças, investimentos e dívida. Em ambas as questões, o pai é o segundo elemento escolhido, mas com uma diferença que ronda os 15%. Quando analisados em conjunto, os quadros revelam-nos que os jovens tendem a associar quem paga as contas da casa com quem efectivamente percebe mais de poupança, investimento e dívida. No entanto, os valores obtidos são deveras discrepantes, sendo que apesar de a mãe/madrasta e o pai/padrasto serem as figuras de destaque em ambos os quadros, o reconhecimento destes elementos como tendo conhecimentos sobre poupança é sensivelmente metade do reconhecimento enquanto elementos que sustentam a família.

4.2. Literacia financeira

Nesta segunda metade do questionário foram efectuadas perguntas sobre as escolhas reais dos jovens do agregado familiar, relativamente às suas finanças. Todas as questões são aqui idênticas ao questionário americano, tendo-se mantido igualmente a sua ordem original para a construção do questionário. Para uma análise mais adequada de alguns dados, apresentamos nesta discussão uma ordem ligeiramente diferente.

Assim começamos por discutir as respostas às perguntas II. 20 (“Que percentagem do preço de compra da casa foi pago no início”) e II.21 (“Se vendessem a vossa casa hoje, quanto achas que valeria?”). Ambas as

perguntas eram de resposta aberta e análise dos resultados mostram-nos que houve por um lado um grande número de inquiridos que não respondeu (187 e 171), mas também que os resultados foram extremamente díspares e evidenciam algum desconhecimento ou não compreensão do que é questionado. Por exemplo, 23% dos alunos que responderam a esta pergunta, identificaram valores iguais ou menores a 50000€ como o valor de venda da casa, sendo o valor mais baixo referido 150€. Assim, apesar de não poderem ser tirados dados percentuais relevantes destas questões, é de salientar que as mesmas demonstraram o desconhecimento dos jovens face a estes temas. Procede-se agora à análise às respostas obtidas às restantes perguntas.

II. 1. No geral, se pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificarias a tua satisfação com a tua situação financeira?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	10	4,1%
1	6	2,5%
2	9	3,7%
3	15	6,1%
4	22	9,0%
5	38	15,6%
6	44	18,0%
7	41	16,8%
8	41	16,8%
9	6	2,5%
10	12	4,9%

Quadro 12 – Distribuição da população analisada quanto ao grau de satisfação face à sua situação financeira.

Nas primeiras duas perguntas desta secção do questionário, foi pedido aos inquiridos que avaliassem a sua satisfação sob a forma de uma escala de 1 a 10, correspondendo 1 ao menor nível de satisfação e 10 ao nível mais elevado.

A observação do quadro 12 permite-nos ver que a maior parte dos jovens classifica para a pergunta II.1. a sua satisfação entre 5 e 8, sendo 6 o valor modal. A média é de 5,98.

Já no quadro 13, para a pergunta II.2., as respostas são mais dispersas, sendo a moda o valor 5, e tendo todas as classes de 1 a 7, à excepção de 5, valores percentuais próximos de 10. A média é de 4,64.

II. 2. Quando pensas nos teus investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos financeiros?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	15	6,1%
1	23	9,4%
2	25	10,2%
3	20	8,2%
4	33	13,5%
5	55	22,5%
6	23	9,4%
7	28	11,5%
8	14	5,7%
9	3	1,2%
10	5	2,0%

Quadro 13 – Distribuição da população analisada quanto à sua vontade de correr riscos financeiros.

Em ambos os quadros observamos uma concentração da satisfação dos jovens nos valores centrais da distribuição, mais relevante no caso da avaliação da satisfação financeira, do que na disponibilidade para correr riscos financeiros.

II. 3. Compara as despesas com os rendimentos do teu agregado familiar		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	26	10,7%
A despesa foi maior do que os rendimentos	51	20,9%
A despesa foi igual aos rendimentos	69	28,3%
A despesa foi menor do que os rendimentos	98	40,2%

Quadro 14 – Distribuição da população analisada quanto à comparação do valor das despesas do agregado familiar, com o valor dos seus rendimentos.

Neste quadro observamos que cerca de 40,2% dos inquiridos identifica a despesa do agregado familiar como sendo inferior aos rendimentos do mesmo. Contudo, observamos no quadro 15 que tal não parece assegurar que o agregado consiga assumir todos os seus compromissos financeiros mensais, já que apenas 29,5 % dos jovens refere não ser difícil assegurar o seu cumprimento.

II. 4. Habitualmente, quão difícil é ter todas as contas e despesas pagas num mês		
	Frequência	Porcentagem
Sem resposta	12	4,9%
Muito difícil	16	6,6%
Algo difícil	144	59,0%
Nada difícil	72	29,5%

Quadro 15 – Distribuição da população analisada quanto à dificuldade em concretizar um saldo corrente positivo no final de um período mensal.

II. 5. Tens algumas poupanças que te permitam cobrir as tuas despesas mensais durante 3 meses em caso de haver alguma emergência?		
	Frequência	Porcentagem
Sem resposta	11	4,5%
Sim	116	47,5%
Não	117	48,0%

Quadro 16 – Distribuição da população analisada quanto à existência de poupanças de valor superior ao gasto previsto para 3 meses.

Ao questionar sobre a existência de poupanças, 48,0% dos jovens reconhece não poder cumprir as suas despesas habituais com as suas poupanças, caso outras fontes de rendimento falhem. Pode-se questionar se estamos perante a ausência de responsabilização do jovem na gestão dos seus gastos, ou na ausência de rendimentos familiares que permitam ao jovem fazer esta poupança.

II.6. Estás a poupar algum dinheiro para o teu futuro?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	7	2,9%
Sim	164	67,5%
Não	73	29,9%

Quadro 17 – Distribuição da população analisada quanto à prática de poupar dinheiro para o cumprimento de objectivos futuros.

Apesar de apenas 47,5% dos jovens referirem ter dinheiro para as suas despesas durante 3 meses, no quadro 17 observamos que 67,5% afirmam estar a poupar dinheiro para o seu futuro, sugerindo que o montante das poupanças será em 20% dos inquiridos bastante baixo.

II. 7. Alguma vez calculaste o dinheiro que precisas de poupar para a tua reforma?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	7	2,9%
Sim	18	7,4%
Não	219	89,8%

Quadro 18 – Distribuição da população analisada quanto à realização da estimativa dos valores que terão de obter até à reforma ou para a existência da mesma.

Aqui podemos observar que 89,8% nunca sentiu necessidade de prever ou planear a sua reforma, em termos de cálculo do valor monetário da mesma. A relevância desta pergunta concentra-se também no questionar sobre o que é necessário para a reforma de alguém. O questionário implementado nos EUA desenvolvia amplamente a questão da reforma, sendo algumas das questões

desadequadas da nossa realidade por o sistema de apoios sociais ser diferente do existente nos EUA. É expectável que neste valor pudesse ser incluído o custo de aquisição de propriedade até à idade de reforma (casa, por exemplo), de contribuições para a Segurança Social, de bens (serviços de saúde, equipamentos, etc) e a aquisição de produtos financeiros destinados a complementar a reforma, entre outros.

II. 8. Nos últimos 12 meses, o teu agregado familiar sofreu uma diminuição abrupta do seu rendimento?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	22	9,0%
Sim	79	32,4%
Não	143	58,6%

Quadro 19 – Distribuição da população analisada quanto à diminuição de rendimentos do agregado familiar no último mês.

A análise deste quadro mostra-nos que cerca de um terço dos jovens (32,4%) sentiu que o rendimento do seu agregado familiar diminuiu no último ano.

II. 9. Tens conta à ordem num banco?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	7	2,9%
Sim	119	48,8%
Não	118	48,4%

Quadro 20 – Distribuição da população analisada quanto à posse de uma conta à ordem.

A percentagem de jovens que afirmaram ter conta à ordem num banco é semelhante aos que afirmaram não ter. As razões apontadas pelos jovens para não ter conta a ordem estão descritas no quadro seguinte. De salientar para esta análise que as opções não se excluem, pois cada inquirido pode ter dado mais do que uma opção.

II. 12. Caso não tenhas uma conta à ordem, qual a razão?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	124	50,8%
Não tens dinheiro suficiente para valer a pena	43	17,6%
Não gostas de lidar com bancos	23	10,2%
As taxas dos bancos são muito altas	10	4,1%
O banco não me deixou abrir uma conta	5	2,0%
Não quero partilhar a minha informação pessoal	22	9,0%
Não calhou	11	4,5%
Não quero	5	2,0%
É da responsabilidade dos meus pais	4	1,6%
Sou menor	1	0,4%
A aguardar pelo número de contribuinte	1	0,4%

Quadro 21 – Distribuição da população analisada quanto às causas para não ter conta à ordem.

No quadro 21 observamos que a principal razão apontada pelos jovens para não ter conta no banco é a inexistência de um montante de dinheiro que o justifique em 17,6% dos casos (36,4%, caso consideremos como denominador o número de inquiridos que não têm conta à ordem), seguido de não gostar de lidar com bancos com um valor de 10,2% (correspondente a 19,5%) e não querer partilhar informação pessoal, com 9,0% (18,6%).

No quadro 22, apercebemo-nos de que do total de inquiridos poucos referem ter saldo negativo na conta a ordem. No entanto, cruzando o valor com o número de jovens que afirmam ter conta à ordem, apercebemo-nos que este valor sobe para 7,6%.

II. 11. Costumas ter saldo negativo na tua conta à ordem?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	22	9,0%
Sim	9	3,7%
Não	213	87,3%

Quadro 22 – Distribuição da população analisada quanto à existência de saldo negativo na conta à ordem.

II. 13. Tens alguma forma de poupança num produto financeiro, que não a conta à ordem?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	16	6,6%
Sim	63	25,8%
Não	165	67,6%

Quadro 23 – Distribuição da população analisada quanto à posse de algum produto financeiro que não a conta à ordem.

Com esta pergunta observamos que 25,8% dos adolescentes afirmam ter outros produtos financeiros que não apenas contas à ordem.

As perguntas seguintes foram reunidas por se centrarem em diversas formas possíveis de transferência de dinheiro, nomeadamente cartões de débito, cheques e cartões de crédito. Salienta-se que as questões referentes a cartões de débito e crédito referem-se a cartões do próprio, ao contrário da questão sobre cheques. Assim, enquanto nas primeiras conseguimos ter uma percepção se os inquiridos são responsáveis por estas formas de pagamento, no que se refere aos cheques poderão estar também incluídos intermediários, que efectuem pagamentos por cheques pelos pais, por exemplo, podendo não ter acesso a informação sobre as reais consequências (positivas e negativas) da sua utilização.

II. 10. Usas algum cartão de débito associado à tua conta?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	5	2,0%
Sim	53	21,7%
Não	186	76,2%

Quadro 24 – Distribuição da população analisada quanto à posse de cartão de débito associado à sua conta à ordem.

II. 23. Tens cartão de crédito?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	10	4,1%
Sim	33	13,5%
Não	201	82,4%

Quadro 25 – Distribuição da população analisada quanto à posse de cartão de crédito.

Do total de inquiridos, apenas 21,7% afirma usar cartão de débito associado à sua conta (quadro 24).

O quadro 25 revela-nos que 13,5% dos jovens afirmam ter acesso a cartão de crédito, logo a crédito acessível.

II. 23. Se sim, quantos?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	214	87,7%
1	26	10,7%
2	3	1,2%
7	1	0,4%

Quadro 26 – Distribuição da população analisada quanto ao número de cartões de crédito possuídos.

A maior parte dos jovens que menciona ter cartão de crédito, refere ter um cartão apenas (78,8%). Acrescente-se aqui uma referência voluntária num questionário ao porquê de ter um cartão de crédito, sendo a razão do mesmo a sua associação a uma conhecida figura de animação. Esta informação permite-nos associar a posse de um cartão com a imagem do mesmo, e não com a sua utilidade financeira.

II. 14. Costumas efectuar pagamentos em cheques?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	5	2,0%
Sim	8	3,3%
Não	231	94,7%

Quadro 27 – Distribuição da população analisada quanto à utilização de cheques.

As respostas a esta pergunta permitem-nos observar que apenas uma pequena percentagem dos jovens (3,3%) estará familiarizada com a utilização de cheques, bastante inferior àquela que refere utilizar cartão de débito (21,7%).

II. 15. Sem incluir poupanças para a reforma, o teu agregado familiar tem alguns investimentos feitos em acções, obrigações, fundos de investimentos, certificados de aforro ou outros activos financeiros?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	37	15,2%
Sim	36	14,8%
Não	171	70,1%

Quadro 28 – Distribuição da população analisada quanto à existência de investimentos, sem incluir poupanças para a reforma.

A maioria dos jovens a quem foi aplicado o questionário (70,1%) refere que no seu agregado familiar não existem investimentos diversificados.

II. 15. Se sim, quais?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	217	88,9%
Acções	14	5,7%
Certificados de aforro	10	4,1%
Fundos de investimento	4	1,6%

Quadro 29 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de investimentos realizados.

Nesta pergunta, de resposta aberta, os jovens identificaram apenas os três activos financeiros mencionados, sendo as acções o mais referenciado (38,9%). Observe-se que 25% dos jovens que referiram haver investimentos não os identificou e que alguns inquiridos identificaram mais do que uma forma de investimento.

Nas perguntas seguintes procuramos aprofundar o conhecimento da riqueza do agregado familiar avaliando as propriedades detidas, com especial ênfase na habitação.

II. 16 Algum elemento do teu agregado familiar é proprietário de algum bem? (casa, terreno, empresa ou carro)		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	11	4,5%
Sim	197	80,7%
Não	36	14,8%

Quadro 30 – Distribuição da população analisada quanto à existência de propriedade.

Este quadro mostra-nos que 80,7% identificam algum tipo de propriedade (casa, terreno, empresa ou carro) no seu agregado familiar, tornando este o investimento mais comum, no conjunto de todos os analisados no questionário.

No quadro 31, podemos observar qual a ordenação dos bens cuja propriedade é mais comum, nomeadamente, e por ordem decrescente, o carro, a casa onde o agregado habita, outras propriedades e empresas.

II. 17. Caso tenhas respondido sim na pergunta anterior, de quais destes bens são proprietários?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	52	17,2%
Da casa onde habitam	115	47,1%
Outra propriedade (casa ou terreno)	85	34,9%
Parte ou totalidade de uma empresa	32	13,1%
Carro	127	56,2%

Quadro 31 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de propriedade existente.

II. 18. Há quanto tempo compraram a vossa casa actual?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	97	39,8%
Nos últimos 2 anos	15	6,1%
Há 3-5 anos	36	14,8%
Há 6-10 anos	33	13,5%
Mais de 10 anos	63	25,8%

Quadro 32 – Distribuição da população analisada quanto ao intervalo de tempo decorrido desde a compra da casa onde habita o agregado familiar até à data de aplicação do inquérito.

Um dos pontos a salientar da análise da questão II.18. consiste na comparação entre o número de inquiridos que identificaram haver propriedade da casa onde habitam (115) e daqueles que responderam a esta questão (147), pelo que seria necessário perceber qual a interpretação dada a esta pergunta, tendo em conta que era antecederada de um pedido de não

preenchimento se a residência habitual não fosse propriedade de nenhum elemento do agregado familiar. A resposta mais seleccionada pelos inquiridos foi a existência de propriedade deste imóvel há mais de 10 anos.

II. 19. No teu agregado familiar estão a pagar prestações para a compra de casa ao banco?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	89	36,5%
Sim	71	29,1%
Não	84	34,4%

Quadro 33 – Distribuição da população analisada quanto à existência de um crédito à habitação no momento da aplicação do questionário, respeitante à casa onde reside o agregado familiar.

Uma vez mais observa-se um número de respostas superior ao número de inquiridos que identificaram a propriedade da casa onde residem (155 contra 115). O número de inquiridos que refere não haver crédito à habitação é superior ao que refere existir.

II. 22. Se compraram casa recorrendo a um empréstimo bancário, a taxa de juro utilizada é uma taxa fixa ou variável?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	173	70,9%
Fixa	43	17,6%
Variável	28	11,5%

Quadro 34 – Distribuição da população analisada quanto ao tipo de taxa de juro aplicada no crédito à habitação.

Cerca de 27,9% dos inquiridos que mencionaram haver um crédito à habitação no agregado familiar, referiram que a taxa do mesmo é fixa, contra 18,2% que identificaram uma taxa variável.

II. 24. Foram contraídos pelo teu agregado familiar alguns dos seguintes tipos de seguros?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	60	24,6%
Seguro de Vida	72	29,4%
Seguro para a Habitação	67	27,4%
Seguro Automóvel	128	52,5%
Seguro de Saúde	90	36,8%

Quadro 35 – Frequência e percentagem dos tipos de seguros contraídos pelos agregados familiares da população analisada.

Quando questionados sobre a subscrição pelo agregado familiar dos tipos de seguro mais frequentes, observamos que uma grande percentagem dos jovens optou por não responder a esta pergunta. Observamos também que o seguro mais referido é o seguro do carro, com uma frequência semelhante (variando em 1 ponto) do número de jovens que identificaram o seu agregado familiar como proprietário de carro. Já a frequência do seguro à habitação é 59,3% da frequência obtida para a propriedade da casa (115 respostas), e 42,4% da frequência obtida para a propriedade de casa e/ou outra propriedade (158 respostas).

Nas três últimas questões do questionário, confrontou-se os inquiridos com situações práticas, de rápida resolução, com que se poderiam deparar na

vida real, ao contactar uma instituição bancária. A sua resposta requeria alguns conhecimentos financeiros, nomeadamente os conceitos de juro e inflação, e também a alguma competência em termos de cálculo mental. São portanto questões fundamentais para a avaliação da literacia financeira dos jovens.

II. 25. Supõe que tinhas 100€ numa conta poupança, cuja taxa de juro é de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto achas que terias na conta, se não movimentasses esse dinheiro?		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	37	15,2%
Mais de 102€	133	54,5%
Exactamente 102€	34	13,9%
Menos de 102€	40	16,4%

Quadro 36 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.25. do questionário em estudo.

II. 26. Supõe que a taxa de juro na tua conta poupança era de 1% ao ano, e que a inflação era de 2% ao ano. Após 1 ano, conseguirias comprar...		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	55	22,5%
Mais do que hoje	34	13,9%
Exactamente o mesmo	58	23,8%
Menos do que hoje	97	39,8%

Quadro 37 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.26. do questionário em estudo.

II. 27. Um empréstimo para a compra de habitação a 15 anos requer habitualmente pagamentos mensais mais altos do que num empréstimo a 30 anos, mas o total de juros pagos será menor. Esta afirmação é:		
	Frequência	Percentagem
Sem resposta	39	16,0%
Verdadeira	125	51,2%
Falsa	80	32,8%

Quadro 38 – Distribuição da população analisada quanto à resposta à pergunta II.27. do questionário em estudo.

Nos três últimos quadros observamos que a opção mais seleccionada pelos jovens é a opção correcta. No entanto, o valor percentual mais elevado para uma resposta correcta é de 54,5% e o mais baixo de 39,8%. Isto indica-nos claramente que existe alguma dificuldade em compreender estas perguntas e seleccionar a resposta correcta. Se tivermos ainda em conta que as respostas eram de escolha múltipla, podemos ainda ponderar que apenas metade ou um terço das respostas correctas (consoante o número de hipóteses de resposta fosse dois ou três) serão efectivamente respostas correctas e não um acaso.

Saliente-se que na pergunta II. 26. é solicitado que sejam utilizados tanto o conceito de juro como de inflação, dificultando assim a resposta a dar (não se conseguindo precisar qual a dificuldade sentida por cada inquirido) e podendo ser essa a causa da diminuição do número de respostas correctas.

Globalmente, apenas 14,3% dos inquiridos responderam correctamente a todas as perguntas, tendo 36,1% respondido correctamente a duas perguntas e 30,3% a uma.

4.3. Análise comparativa ao questionário americano:

Com esta análise comparativa, pretendemos salientar os resultados mais divergentes entre o questionário aplicado em Portugal e nos Estados Unidos. Para tal comparámos os resultados obtidos por nós na sua totalidade, face aos obtidos nos Estados Unidos para a classe etária dos 18 aos 29 anos inclusive, a mais aproximada à nossa população alvo. Nem todas as perguntas serão alvo de comparação, nomeadamente as que são inexistentes no questionário americano. Esta comparação centrar-se-á nas perguntas da segunda parte do questionário.

Apesar das diferenças socioculturais e da população alvo dos inquiridos, os dados revelam importantes semelhanças relativamente a diferentes aspectos da literacia financeira dos inquiridos.

Assim as populações inquiridas em Portugal e nos EUA revelam conjuntamente:

- Uma satisfação média com a sua própria situação financeira, embora em Portugal esta satisfação seja ligeiramente superior (Numa escala de 1 a 10, obteve-se em resposta à questão II-1 nos EUA uma média das respostas de 5,44 e em Portugal de 5,98);

- Identificação da despesa do agregado familiar como sendo menor do que os rendimentos do mesmo (tendo sido a resposta mais seleccionada para a pergunta II.3, com 40,2% dos inquiridos em Portugal e 50% nos EUA). Simultaneamente em ambos os países é afirmado que seria algo difícil conseguir cumprir as obrigações financeiras mensais (com 59% das respostas para Portugal e 46% para os EUA a seleccionarem esta opção de resposta para a pergunta II.4);
- A inexistência de poupanças que cubram as suas despesas para 3 meses, com cerca de 68% dos inquiridos nos EUA, contra 48% dos inquiridos em Portugal. Um dos factores que pode justificar a diferença de valores obtidos na resposta à pergunta II.5, é precisamente a não coincidência exacta da faixa etária analisada, pois as despesas a realizar na adolescência serão à partida diferentes e inferiores às do jovem adulto;
- Ausência de cálculo do montante necessário a poupar para a sua reforma, com 89,8% dos inquiridos em Portugal a escolher esta opção à pergunta II.7., contra 77% dos EUA;
- Inexistência de uma baixa considerável no rendimento do agregado familiar nos últimos 12 meses, mencionado na pergunta II.8. por 58,6% dos inquiridos no questionário português e por 66% dos inquiridos nos EUA;
- Existência de capacidade para resolver problemas financeiros simples, aplicados à vida real, que requeiram algum nível de literacia financeira para serem respondidos. Assim para as questões II. 25., II.26. e II.27.,

tanto nos EUA como em Portugal, as respostas seleccionadas pelo maior número de inquiridos eram as respostas correctas. Saliente-se que em todas elas a percentagem de inquiridos a responder correctamente era superior nos EUA, sendo a diferença entre os países entre 4,5 e 10,8%. Os valores obtidos para cada resposta, para Portugal e EUA respectivamente foram:

- II.25. – 54,5%/59%;
- II.26. – 39,8%/43%;
- II.27. – 51,2%/62%.

No entanto, algumas diferenças relativamente à literacia financeira revelada são dignas de serem mencionadas:

- A existência de uma conta à ordem (questão II.9.) é uma realidade para 72% dos inquiridos nos EUA, contra 48,8% em Portugal. Quando questionados sobre o motivo da não existência da mesma (questão II.12.) as opções mais escolhidas nos EUA foram o “não ter dinheiro suficiente para valer a pena” com 72% (17,6% em Portugal), o “não querer partilhar informação pessoal” com 35% (9,0% em Portugal) e as taxas dos bancos serem muito altas, com 35% (4,1% em Portugal). De salientar que 10,2% dos inquiridos em Portugal (34% nos EUA) referiram não confiar nos bancos, sendo esta a segunda razão para não ter conta à ordem neste país;

- No que respeita à posse de cartões de débito (questão II.10.) os valores são distantes: enquanto nos EUA 86% dos inquiridos identificam ter um cartão de débito, em Portugal apenas 21,7% afirmam o mesmo;
- Quanto ao número de cartões de crédito (questão II.23.), para Portugal e os EUA respectivamente, 82,4%/51% afirmaram não ter cartões de crédito, enquanto 10,7%/15% afirmaram ter 1 cartão, tendo os restantes 2 ou mais cartões.
- As diferenças Portugal/EUA observadas na propriedade da casa (47,1%/22%), de outro imóvel (34,9%/7%) ou de um negócio (13,1%/4%) devem-se ao facto das questões estarem direccionadas para o agregado familiar no questionário português (pergunta II.17.) e para o indivíduo no questionário dos EUA;
- O comportamento face ao tipo de seguros contractualizado é também bastante diferente em Portugal e nos EUA. Analisou-se a existência de seguros de saúde (36,8% e 65% para Portugal e EUA respectivamente), habitação (27,4% e 31%), de vida (27,4% e 32%) e do carro (52,5% e 72%). De salientar que estes resultados reflectem não só o tipo de seguro contractualizado, mas também o tipo de propriedade existente (particularmente no caso do seguro automóvel) bem como das políticas do país (no caso do seguro de saúde).

A análise comparativa efectuada parece revelar que os jovens entre os 18-29 anos inquiridos nos EUA apresentam na sua maioria um nível de literacia maior, bem como uma maior utilização de recursos financeiros, tais como

seguros e produtos bancários. Isto poderá indicar, como referido em FINRA (2009), que pode haver uma relação directa entre a utilização de produtos financeiros e o nível de literacia financeira.

5. Conclusões

A presente dissertação apresenta como principais objectivos a definição de literacia financeira e a aplicação e análise de um questionário sobre literacia financeira a alunos do ensino secundário.

O conceito de literacia financeira engloba em si tanto o conhecimento de tópicos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, como as medidas individuais que o indivíduo se sente capaz de tomar face a esses tópicos. Ou seja, consiste na capacidade de efectuar julgamentos informados e tomar decisões efectivas relacionadas com a gestão de dinheiro, observadas através da aplicação de conhecimento, compreensão, capacidades e valores em contextos financeiros e de consumo e as decisões relacionadas que têm impacto no indivíduo, nos outros, na comunidade e no ambiente, e ainda os ganhos ou externalidades que resultam do desenvolvimento deste tipo de literacia (como o desenvolvimento de valores ou a promoção da coesão social).

Dos resultados do questionário que aplicámos, salientamos como elementos mais importantes:

- O reconhecimento da mãe como principal elemento do agregado familiar com responsabilidades a nível financeiro, tanto ao nível operacional, como a nível de conhecimentos, e com um nível de empregabilidade superior ao do pai;

- De entre os diferentes instrumentos de pagamento existentes (dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito, cheque), o pagamento em dinheiro é o mais utilizado pelos jovens;
- Das formas de poupança referidas (produtos bancários, acções e outros títulos financeiros, instrumentos de reforma ou propriedade), a mais utilizada pelas famílias é a propriedade, seguida de longe pelos produtos bancários e os títulos financeiros. Através deste questionário não foi possível clarificar a posição das poupanças para a reforma, mas tendo em conta o nosso sistema contributivo, é expectável que esteja em primeiro lugar ou logo após a propriedade;
- A comparação entre o questionário aplicado em Portugal e nos EUA, apesar das diferenças nas faixas etárias analisadas, parece mostrar que nos EUA há um nível de literacia financeiro mais elevado, bem como uma maior utilização de produtos financeiros, nomeadamente seguros e produtos bancários.

Tendo em conta os resultados obtidos pela análise do questionário, e as recomendações internacionais descritas, concluímos que é possível e necessário investir no reforço da educação financeira, sobretudo direccionada para a promoção da literacia financeira nos jovens.

Tal intervenção exige a criação de programas que integrem a educação financeira nos currículos escolares e no dia-a-dia dos jovens, bem como de estratégias para a avaliação do cumprimento dos objectivos traçados e dos

resultados obtidos. É neste sentido a nossa sugestão de continuação deste trabalho, parecendo-nos que faria sentido numa fase inicial analisar estas hipóteses a nível da investigação, para uma generalização posterior.

6. Bibliografia

Abreu, M. & Mendes, V. (2009). Financial literacy and portfolio diversification. *Quantitative Finance*, 1-14.

Browning, M., & Crossley, T. F. (2001). The Life-Cycle Model of Consumption and Saving. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), 3-22.

Contas à Vida, Portugal, acedido em Janeiro 9, 2011 em

<http://group.barclays.com/Careers/Personal-development/Rewards-and-benefits/CaseStudy/1231781974352.html>

Financial Capability in the United States – Executive summary. (2009). FINRA
Financial Capability in the United States – Initial Report of Research Findings from the 2009 National Survey. (2009). FINRA

Financial literacy in schools. (Junho 2003). ASIC

Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa – Principais Resultados. (2010). Banco de Portugal.

Lown, J. M., McFadden, J. R., & Crossman, S. M. (1989). Family Life Education for Remarriage Focus on Financial Management. *Family Relations*, 38(1), 40-45

National consumer and financial literacy framework. (2009). MCEECDYA

National Financial Capability Study 2009 National Survey Questionnaire. (2009).
FINRA

Orton, L. (2007). *Financial literacy: Lessons from international experience*.
Canadá: Canadian Policy Research Networks Inc.

Policy Brief: The Importance of Financial Education. (2006). OCDE

Questionário para preenchimento online sobre literacia financeira, acedido a
em Fevereiro 27, 2010 em

<http://www.understandingmoney.gov.au/Tools/Consumer/HealthCheck/>

Questionário para preenchimento online sobre literacia financeira, acedido a
em Fevereiro 23, 2010 em

<http://www.moneymakesense.co.uk/questionnaire.htm>

Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and
Awareness. (2005). Directorate for Financial and Enterprise Affairs,
OCDE.

Bibliografia citada pelos autores analisados:

PRI (Policy Research Initiative). (2004). *Financial Capability and Poverty Discussion Paper*. Prepared by Social and Enterprise Development Innovations for the PRI Project “New Approaches for Addressing Poverty and Exclusion.” Ottawa: PRI.

PRI (Policy Research Initiative). (2005). *Why Financial Capability Matters, Synthesis Report* Prepared by Social and Enterprise Development Innovations for the PRI Project “New Approaches for Addressing Poverty and Exclusion.” Report on “Canadians and Their Money: A National Symposium on Financial Capability.” Ottawa: PRI.

SEDI (Social and Enterprise Development Innovations) and St. Christopher House. (2006). *Financial Capability: Learning from Canadian Communities. Research Paper*. SEDI and St. Christopher House.

7. Anexos

- Questionário sobre Literacia Financeira

Questionário sobre Literacia Financeira

Introdução:

O presente questionário tem como objectivo recolher informação para a realização de uma dissertação intitulada “*A literacia financeira da população escolar em Portugal – Estudo aplicado aos alunos do ensino secundário numa escola na região de Lisboa*”, como forma de trabalho final de um mestrado. Assim pretende-se obter informação honesta, de uma forma sucinta, que permita a análise das respostas e a criação de algumas conclusões a partir das mesmas. O critério de selecção da população-alvo para o preenchimento deste questionário foi a frequência do ensino secundário durante o período de aplicação do questionário.

.

Antes de começar:

O presente questionário é anónimo, ou seja, as respostas que seleccionares destinam-se apenas a enriquecer o estudo. Encontra-se dividido em duas partes, a primeira com perguntas gerais de caracterização para tentar perceber que influências poderão ter havido nas respostas dadas e a segunda com 27 perguntas relacionadas com a temática em estudo.

O seu preenchimento demorará aproximadamente 8 minutos.

Na maior parte das perguntas deverás seleccionar a(s) resposta(s) que considerares certa(s). Caso a pergunta requeira outro tipo de resposta, a mesma ser-te-à explicada antes da pergunta.

Caso sintas que haja perguntas que não queiras responder, poderás fazê-lo, não tendo de apresentar qualquer justificação. Se não souberes a resposta pedimos-te que respondas escrevendo “Não sei”.

I. Caracterização

a) Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

b) Idade:

_____ anos.

c) Ano escolar que estás a frequentar:

☐ 10.º ano

☐ 11.º ano

☐ 12.º ano

d) Estado civil

e) Com quem habitas?

☐ Sozinho

☐ Com o companheiro(a)

☐ Na casa dos meus pais

☐ Com outra família, amigos ou colegas de casa.

f) Qual o rendimento monetário mensal aproximado do teu agregado familiar?

☐ Menos de 900€

☐ Entre 900 e 1350€

☐ Entre 1350 e 1800€

☐ Entre 1800 e 2700€

☐ Entre 2700 e 3600€

☐ Entre 3600 e 4950€

☐ Entre 4950 e 7650€

☐ Mais de 7650€

g) Qual das seguintes hipóteses descreve melhor a tua situação de emprego?

h) Qual das seguintes perguntas descreve melhor a situação de emprego do teu pai?

☐ Trabalhador por conta própria

☐ Estudante a tempo inteiro

☐ Trabalhador dependente a tempo inteiro

☐ Doméstico

☐ Trabalhador dependente a tempo parcial

☐ Reformado

☐ Incapacitado permanentemente

☐ Desempregado

i) Qual das seguintes perguntas descreve melhor a situação de emprego da tua mãe?

☐ Trabalhadora por conta própria

☐ Estudante a tempo inteiro

☐ Trabalhadora dependente a tempo inteiro

☐ Doméstica

☐ Trabalhadora dependente a tempo parcial

☐ Reformada

☐ Incapacitada permanentemente

☐ Desempregada

j) Quantas crianças, menores de 18 anos, são dependentes financeiramente no teu agregado familiar?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ mais de 3

☐ Não há crianças dependentes financeiramente

☐ Não há crianças

k) Usas regularmente a Internet?

☐ Sim ☐ Não

l) Quem, no teu agregado familiar, percebe mais de poupança, investimento e dívida?

☐ Tu ☐ Pai ☐ Mãe

☐ Avô ☐ Avó ☐ Outro: qual? _____

m) Quem, no teu agregado familiar, é responsável pelo pagamento das contas?

☐ Tu ☐ Pai ☐ Mãe

☐ Avô ☐ Avó ☐ Outro: qual? _____

II. Literacia Financeira

Nas próximas duas perguntas pedimos-te que respondas através da escolha de um número de 1 a 10, correspondendo o 1 ao menor nível de satisfação e 10 ao maior nível de satisfação.

1. No geral, se pensares nos teus bens, nas tuas dívidas e nas tuas poupanças, como classificarias a tua satisfação com a tua situação financeira?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

2. Quando pensas nos teus investimentos financeiros, como classificas o teu à vontade para correr riscos financeiros?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10

3. Compara as despesas com os rendimentos do teu agregado familiar

☐ A despesa foi maior do que os rendimentos.

☐ A despesa foi igual aos rendimentos.

☐ A despesa foi inferior aos rendimentos.

4. Habitualmente, quão difícil é ter todas as contas e despesas pagas num mês?

☐ Muito difícil

☐ Algo difícil

☐ Nada difícil

5. Tens algumas poupanças que te permitam cobrir as tuas despesas mensais durante 3 meses em caso de haver alguma emergência?

☐ Sim

☐ Não

6. Estás a poupar algum dinheiro para o teu futuro?

☐ Sim

☐ Não

7. Alguma vez calculaste o dinheiro que precisas de poupar para a tua reforma?

☐ Sim

☐ Não

8. Nos últimos 12 meses, o teu agregado familiar sofreu uma diminuição abrupta do seu rendimento?

☐ Sim

☐ Não

9. Tens uma conta à ordem num banco?

☐ Sim

☐ Não

10. Usas algum cartão de débito associado à tua conta?

☐ Sim ☐ Não

11. Costumas ter saldo negativo na tua conta à ordem?

☐ Sim ☐ Não

12. Caso não tenhas uma conta à ordem, qual a razão?

- ☐ Não tens dinheiro suficiente para valer a pena
- ☐ Não gostas de lidar com bancos
- ☐ As taxas dos bancos são muito altas
- ☐ O horário ou a localização do banco não é conveniente
- ☐ O banco não me deixou abrir uma conta
- ☐ Não quero partilhar a minha informação pessoal
- ☐ Se outra razão, qual? _____

13. Tens alguma forma de poupança num produto financeiro, que não a conta a ordem?

☐ Sim ☐ Não

14. Costumas efectuar pagamentos em cheques?

☐ Sim ☐ Não

15. Sem incluir poupanças para a reforma, o teu agregado familiar tem alguns investimentos feitos em acções, obrigações, fundos de investimento, certificados de aforro ou outros activos financeiros?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais? _____

16. Algum elemento do teu agregado familiar é proprietário de algum bem? (casa, terreno empresa ou carro)

☐ Sim ☐ Não

17. Caso tenhas respondido sim na pergunta anterior, de quais destes bens são proprietários?

- ☐ Da casa onde habitam
- ☐ Outra propriedade (casa ou terreno)
- ☐ Parte ou totalidade de uma empresa ou quinta
- ☐ Carro

Pedimos-te que respondas às seguintes cinco perguntas, da número 18 à número 22, se a casa onde habitas actualmente for propriedade de algum elemento do agregado familiar. Se não, salta para a pergunta 23.

18. Há quanto tempo compraram a vossa casa actual?

- ☐ Nos últimos 2 anos ☐ Há 3-5 anos ☐ Há 6-10 anos
☐ Mais de 10 anos

19. No teu agregado familiar estão a pagar prestações para compra da casa ao banco?

- ☐ Sim ☐ Não

Nas próximas duas perguntas, pedimos-te que escrevas o número que tu considerares adequado, independentemente de estar certo ou errado.

20. Que percentagem do preço de compra da casa foi pago no início? _____ %

21. Se vendessem a vossa casa hoje, quanto achas que valeria? _____ €

22. Se compraram casa recorrendo a um empréstimo bancário, a taxa de juro utilizada é uma taxa fixa ou variável?

- ☐ Fixa ☐ Variável

23. Tens cartão de crédito?

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, quantos? _____

24. Foram contraídos pelo teu agregado familiar alguns dos seguintes tipos de seguros?

- ☐ Seguro de Vida ☐ Seguro Automóvel
☐ Seguro para a Habitação ☐ Seguro de Saúde

25. Supõe que tinhas 100€ numa conta poupança, cuja taxa de juro é de 2% ao ano.

Após 5 anos, quanto achas que terias na conta, se não movimentasses esse dinheiro?

- ☐ Mais de 102€ ☐ Exactamente 102€ ☐ Menos de 102€

26. Supõe que a taxa de juro na tua conta poupança era de 1% ao ano, e que a inflação era de 2% ao ano. Após 1 ano, conseguirias comprar...

- ☐ Mais do que hoje ☐ Exactamente o mesmo ☐ Menos do que hoje

27. Um empréstimo para a compra de habitação a 15 anos requer habitualmente pagamentos mensais mais altos do que num empréstimo a 30 anos, mas o total de juros pago será menor. Esta afirmação é:

☐ Verdadeira ☐ Falsa

Termina aqui o nosso questionário. Se achares necessário, revê as tuas respostas, sendo que o mais importante para o estudo seja a honestidade das mesmas.

Agradecemos a tua colaboração e esperamos que o tempo e reflexão que dispensaste a este questionário tenham contribuído para analisares um pouco a tua literacia financeira.